

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 185.^a Sessão Extraordinária
Realizada em 14 de Outubro de 1971 — 5.^a Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Quielse Crisóstomo

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Acyr José, Aguiar de Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvéio, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nach, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Lázaro DuMont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Fortes, Rosário Pitelli, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Mauricio Fruet, Wilson Brandão, Antônio Maciel, Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior, Borsari Neto, Arthur de Souza, Francisco Escorsin, João Mansur, Paulo Camargo (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 68.71, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 76.70, de autoria do Deputado Túlio Vargas, fica criado um curso ginásial na localidade de Nossa Senhora da Penha, Município de Corbélia. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tem sido objeto na Comissão de Constituição e Justiça a discussão da matéria que constitui a razão desse veto. Segundo o entendimento da Comissão de Constituição, as leis meramente autorizatórias não representam infração ao preceito constitucional, segundo o qual a competência da iniciativa de leis, cuja execução cria, aumenta ou autoriza despesa pública, é priva-

tiva do Poder Executivo. A fim de que esta Casa não continue aprovando leis dessa natureza, e, em seguida, rejeitando projetos, consequentemente, admitindo o voto, o que deve constituir, sem sombra de qualquer dúvida, a diminuição da soberania d'este Poder, nós entendemos que se a Casa decidir que as leis meramente autorizatórias devem ser rejeitadas, então os projetos não devem ser encaminhados por esta Casa.

Nós lutamos no início contra este Projeto, aceitamos o que a Casa decidiu e a Comissão de Constituição e Justiça decidiu, porque entendíamos, juntamente com os srs. Deputados, que se tratava de uma mera autorização ao Governo do Estado, para criar a escola.

O presente veto incorre num erro, pelo menos de redação, ou de interpretação: visa o autógrafo a criação de um curso ginásial". O autógrafo não visa a criação, visa exclusivamente autorizar o Executivo a criar um curso ginásial, o que é completamente diferente.

Parece, Srs. Deputados, que existe um formulário na Assessoria do Executivo, porque se compararmos esse veto com os anteriores, a redação é a mesma, só mudando o número do projeto. De modo que não houve um exame mais detido da Assessoria do Executivo, pois nesse caso é mera autorização.

A continuar esta Casa autorizando a criação de Ginásios e em seguida não acolhendo mais o Projeto, isso representa que nós mesmos estaremos decretando uma "capitis deminutio", seria como que entregar a soberania do Poder Legislativo, por inteiro, ao Executivo.

Esta matéria foi longamente debatida na Tribuna e nos curvamos ante o entendimento da maioria. Nós éramos, em princípio, contra esse Projeto, mas acolhemos e hoje conscientemente mudamos nossa conceituação, porque entendemos que de fato é uma mera autorização, não cria, nem autoriza despesa. Não cria escola. Autoriza apenas o Governo a criar; e há aqui o próprio reconhecimento do Poder Executivo, de que houve uma interpretação do Projeto. Porque o Projeto diz o seguinte: Artigo 1.º — "Fica o Poder Executivo autorizado a criar na localidade denominada Nossa Senhora da Penha, do Município Corbélia, um curso ginásial. Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

O Projeto é de autoria do ex-deputado Túlio Vargas. Nada mais diz o Projeto. Não estabelece prazo para criação: apenas coloca nas mãos do Governador do Estado, a autorização para criar; criar iniciativa do Poder Executivo, criar um Ginásio. Nas razões do veto diz o Poder Executivo, "visa o autógrafo a criação de um curso". Não visa isso. É uma mera e simples autorização.

Fica declarado o nosso voto de coerência, favoravelmente ao Projeto. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação a proposição.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente.

Também por uma questão de coerência, nós vamos votar favoravelmente ao Projeto; consequentemente, contra o veto. Porque eu me lembro muito bem quando o nobre Deputado Muggiati Filho, assomando a Tribuna no encaminhamento da votação do mencionado Projeto, ele levantou uma tese de que o Poder Legislativo não deveria votar matéria que sabia de antemão passível de veto, por parte do Chefe do Poder Executivo. Melhor seria então que este Poder se dirigisse à Secretaria competente e a cujo trabalho estaria afeto o espírito do projeto, para consultar do Secretário da viabilidade ou não da execução da lei, que por ventura estivesse sendo apreciada e votada por esta Casa.

Naquela oportunidade, insurji-me contra esta tese e levantei o meu protesto, no sentido do resguardo da soberania d'este Poder. E, sendo o único que emana diretamente do povo e os Deputados que têm assento nesta Casa, foram escolhidos em pleito livre e democrático para representar o povo do Paraná no Poder Legislativo, não poderia este Poder, sob pena de ver diminuída a sua capacidade de legislar, e de resolver.

Primeiro estabelecer contacto com os Secretários de Estado, pedindo uma prévia autorização para apresentação de projetos de lei nesta Casa. Por isso, naquela oportunidade, votei favoravelmente ao Projeto e, em seguida, contra a tese do nobre Deputado Muggiati Filho. E hoje, em boa hora, venho lembrar à Casa que elle levantou o mesmo problema, quando da apreciação dessa matéria, que foi vetada pelo Chefe do Poder Executivo. Não vou me deter nas razões do veto, porque estas são da alçada exclusiva do sr. Governador do Estado, elle é que sabe da conveniência ou não da sanção de leis oriundas d'este Poder. Todavia, por uma questão de coerência e no resguardo da soberania do Poder Legislativo do Estado do Paraná vou votar favoravelmente ao Projeto e contrário ao veto, embora sabendo que o nosso voto de antemão é voto vencido, mas, por coerência, queremos votar nesta faixa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto. Os Srs. Deputados que approvam o Projeto, queiram permanecer como estão. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 18, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 69-71.

Levanta-se a sessão.